Acervo ISA

■ ENTREVISTA/Mary Helena Allegretti

"O programa Nossa Natureza é tímido e militarista"

☐ A presidenta do Instituto de Estudos Amazônicos mostra os pontos fracos do *Nossa Natureza* e diz por que a Zona Franca não é modelo de desenvolvimento para a região

Carlos Honorato
Secretário de Redação

JULIO CESAR SOUZA

MARY ALLEGRETTI
"A Sudam está desmoralizada, técnica e administrativamente"

Desde o período do chamado "milagre brasileiro", o Governo procura uma forma de explorar a Amazônia. Só que de todos os programas, nenhum conseguiu qualquer êxito. O principal fracasso foi a rodovia Transamazônica, que o presidente Médici anunciava como a redenção da região com a atração de 500 mil nordestinos. Mas pouco mais de 30 mil foram para a região e a metade voltou frustrada. A nova vida não passou de um sonho. Agora, o Governo lançou o programa *Nossa Natureza*, cujo principal objetivo é conter a devastação na região. Mas a presidenta do Instituto de Estudos Amazônicos, Mary-Helena Allegretti, 40 anos, dispara: "O programa é tímido para os objetivos pelos quais foi criado". E mais: "É militarista".

Com quase 20 anos de experiência sobre a Amazônia, Mary Allegretti foi a primeira a ajudar o líder sindical Chico Mendes a denunciar a derrubada dos seringais para a implantação da pecuária. E na mesma linha de raciocínio de Mendes, assassinado na cidade de Xapuri, Acre, em dezembro do ano passado, propõe: "O Governo precisa garantir as áreas ocupadas pelas populações que dependem da floresta para viver e transformá-las em reservas extrativistas. Assim estaria garantindo que grande parte das floresta não seria destinada a outras atividades. O Governo evitaria o desmatamento de uma forma muito mais eficiente. Não quero dizer com isso que as medidas de fiscalização não devam existir. Elas sozinhas não alteram a causa do desmatamento. Não existem fiscais suficientes para fiscalizar uma área imensa como a Amazônia.

Mas o programa *Nossa Natureza* não pode ser considerado como um primeiro passo para a execução de uma política ambiental no Brasil?

Um exemplo do que o *Nossa Natureza* pode ser, foi a iniciativa tomada pelo Fernando César Mesquista, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em relação ao desmatamento no Estado do Acre. Ele recebeu a denúncia, foi à região e interrompeu o desmatamento. E tão, caso o programa transforme as intenções em ações concretas, ele pode fazer alguma coisa contra o desmatamento na Amazônia. Mas é preciso lembrar que o desmatamento na região não está acontecendo por ignorância mas devido a um modelo de desenvolvimento adotado para a Amazônia. A única forma de transformar este conjunto de intenções numa política concreta é não só estabelecer a fiscalização, mas incentivar as atividades que não provocam desmatamento. Temos que mudar a concepção de desenvolvimento. Isto porque ainda se considera o desmatamento como benfeitoria. O Governo tem que mudar esta concepção. O caminho seria considerar a floresta em pé como razão para o incentivo. S.o invertendo o processo é que o Governo irá conseguir controlar o desmatamento. Assim, o *Nossa Natureza* é apenas um conjunto de intenções com recursos muito pequenos, além de uma ausência de credibilidade do Governo que praticamente o inviabiliza. Acho que o programa é apenas uma tentativa de acalmar a opinião pública, principalmente a pressão internacional. E preciso lembrar também que poucas entidades ou pesquisadores foram consultados. Seria necessário envolver muitos pesquisadores e a sociedade como um todo para que o programa pudesse representar uma iniciativa efetiva do Governo.

Como vê o discurso oficial que não abre mão de sua soberania em função da Amazônia?

É um discurso artificial construído para ocultar uma situação real. Isto porque a economia da Amazônia já está internacionalizada, pois está ligada ao mercado internacional desde a época da borracha. Então, isto é uma coversa que ninguém respeita. Na verdade, a Amazônia está explorando os seus recursos naturais com o controle absoluto do capital internacional. Não existe o risco de internacionalizar a região. O que existe é uma interpretação falaciosa de uma proposta que, originalmente, veio dos ambientalistas. Quem originalmente começou falar na questão de uma mudança nesta política e a relacionou à dívida externa foram as organizações do meio ambiente da Europa e dos Estados Unidos. Depois ,e que o governo e os parlamentares começaram a adotar esta tese. O que existe hoje ,e um movimento ambiental muito forte.

O programa *Nossa Natureza* pode ser considerado um programa militarista?

Acredito que sim. Acho que ainda não se conseguiu tirar da Amazônia a concepção militar de desenvolvimento. Tanto isto é verdade que o tempo inteiro todas as propostas passam por enormes pressupostos de que as fronteiras estão em risco e de que qualquer programa tem que ser controlado pelos órgãos de segurança. Admito que são conceitos de geopolítica, mas não de desenvolvimento. O próprio processo migratório para a região é uma resposta à idéia de que são fronteiras vazias em risco. Não é verdade. Acho que os militares têm que ter a preocupação com as fronteiras, mas não transformar esta idéia numa espécie de modelo de desenvolvimento.

Qual a participação que se poderia dar aos governos estaduais num programa para conter a devastação na Amazônia?

Em primeiro lugar é necessario uma definição de uma política geral para a região, independente dos governos estaduais. O primeiro passo seria o zoneamento da região. Mas esta decisão tem que ser adotada pelo Governo Federal. E uma medida essencial sem a qual não se pode falar nada em termos de Amazonia. Isto porque o Governo tem que atuar para o fato de que na Amazônia existem regiões diversificadas. Na verdade, o que tem que ser dito é que a Amazônia, como o resto do Brasil, é muito pobre. Vamos pegar o exemplo da cidade de Xapuri, que acompanho de perto. Xapuri é uma cidade que perdeu população e renda na última década e que transformou a maior parte de sua floresta de castanha em pecuária. A pecuária que está sendo desenvolvida não gera renda nem emprego. Então, esta atividade não gera riqueza, pois a estrada que liga Xapuri à Rio Branco, há dez anos e precaríssima e todos os anos fica interrompida. Já as cidades da Amazônia projetadas pelo projetos de colonização sofrem vários problemas, tais como o inchamento,e a ausência de infra-estrutura e uma devastação superdimensionada. Quer dizer, este dois modelos são os que os governos regionais estão tentando consolidar: o da pecuária e o da colonização. Do ponto de vista de quem está na região, não dá certo. Porque, como disse, o caso do Acre. O Governo está tentando fazer a ligação do Acre com o Pacífico, mas não consegue sequer manter as estradas mais importantes. Então, qual a razão de grandes obras, grandes hidrelétricas quando o cotidiano e o essencial não é atendido? O município de Xapuri tem menos escolas do que as criadas pelo Projeto Seringueiro, que é uma iniciativa autônoma.

O que vem a ser o Projeto Seringueiro?

O que está acontecendo em v.arios lugares da Amazônia são iniciativas autônomas. O Projeto Seringueiro é um exemplo. E uma iniciativa de se criar uma escola ligada às cooperativas dos seringueiros, que tenta melhorar as condições de vida das populações que estão dentro da floresta. Esse conceito está expresso na reserva extrativista, que e uma proposta para as áreas de florestas ocupadas. Quer dizer: em toda a regiao amazônica onde tem floresta ocupada poderia ser transformada em reserva extrativista. Isto significa garantir que estas áreas não sejam derrubadas e introduzir alguns programas básicos de melhoria para as populações. Com isto se estaria evitando a migração para as cidades, a pressão sobre os recursos naturais, tornando a condicão de vida melhor e garantindo um patrimônio para exploração mais racionais.

Alguns governadores da Amazônia condenam a pr.atica das reservas extrativistas, alegando que isto irá deixar a região eternamente na pré-história. Até que ponto isto é verdade?

O extrativismo como esta concebido na cabeça dos governadores e dos técnicos é uma coisa aparentemente atrasada. Mas o que é o extrativismo? O extrati ismo e retirar da natureza sem e gotar a possibilidade de se continuar obtendo determinado produto. E um conceito que não tem nada de retrogrado. Existem famílias vivendo em regiões sem provocar qualquer devastação. Agora, o extrativismo que foi desenvolvido pela elite econômica na Amazônia é altamente retrógado. E o monopólio da comercialização de produtos da floresta. Mas o extrativismo autônomo feito por seringueiros cooperativados é uma coisa muito sustentável. Acontece que a prática do extrativismo na Amazônia é aquela do barracão, do patrão etc. Isto não serve nem para o seringalista nem para ningu.em. Agora, a modernização do extrativismo é possivel. Acho que podemos falar em sistemas agroflorestais, que seriam a exploração da floresta, a pequena agricultura, a criação doméstica e a possibilidade, no futuro, do manejo sustentável da madeira. A questão básica é diversificar estas áreas, usando tecnologias modernas, mas combinando a floresta e não destruindo. Isto poderia ser um embrião de um modelo mais adaptado à Amazônia.

O Governo já fez muitos programas para desenvolver a Amazônia, mas todos titiveram o caminho exato do fracasso. A Zona Franca de Manaus ,e vista como uma experiência que deu certo e que deve ser exportada para outros países. Seria este modelo o ideal para desenvolver a região?

A Zona Franca de Manaus tem uma característica de economia de enclave. Ela gera renda e emprego só em torno dela. Achó que ela não é um modelo para a região. E um modelo localizado. Uma economia de enclave pode ser localizada em qualquer lugar, pois independe das características da mão-de-obra local, dos recursos naturais e do mercado. Ela sobrevive através dos incentivos, que podem ser criados em qualquer lugar do País. Assim, a Zona Franca de Manaus é uma atividade econômica localizada e visa beneficiar um ramo da indústria. Então, não é um modelo para a Amazônia.

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) vem sendo responsabilizada de contribuir para a devastação da região, além de ser palco de alguns escândalos na concessão de incentivos fiscais. Como você vê o papel da Sudam para o desenvolvimento da Amazônia?

Ao mesmo tempo em que a Sudam foi responsável pela política de incentivos fiscais, ela também teria de ter feito o zoneamento da região, tanto que fez uma proposta de política florestal para a Amazônia. S.o que sempre que se tentou ter uma discussão sobre a competência da Sudam para uma política de zoneamento para a região, ela reagiu. Isto porque a Sudam sempre garantiu que toda a política de desenvolvimento para a região seria área de sua competência. Assim, o órgão optou pelo modelo dos incentivos fiscais. Agora, hoje, a Sudam est.a totalmente desmoralizada, tanto técnica como administrativamente. A concepção que tenho hoje ,e de que é final de festa. E espero que seja. E o que se pode classificar como a falência de uma forma de tratar a questão publica.

Precisou o Chico Mendes ser assassinado e o *New York Times* dar um editorial para que o Govêrno começasse a tratar a questão amazônica com a atenção necessária. Como vê este descaso com uma região tão importante do Brasil?

Acompanhei a luta de Chico Mendes muito de perto. E quando ouco isto sinto muita dor. Só que é a verdade. Como no caso relação ao desmatamento, os seringueiros foram os primeiros a tentar mostrar as imagens de satélite em Brasília, no ano de 1986, e não conseguiram. Ali, o único jornal que publicou a denúncia foi o CORREIO BRAZILIENSE. E só. Eles pegaram as fotos de desmatamento na Amazônia do Nasa e contaram fazer a mesma coisa que o Jurunha fez com o gravador. Mas não conseguiram nada. Então, a sensação que tenho hoje é que quase todo mundo fala de Amazônia é como se não tivesse mais nada para dizer. E aquilo que queríamos tanto está acontecendo. O que mais me revolta na sociedade brasileira e que só aceita líderes mortos. O Chico Mendes era liderança não convencional. Ele falava bem com um seringueiro ou com um técnico do Banco Mundial. Isto porque o Chico tinha uma crítica muito contundente ao poder público, mas ao mesmo tempo estava preparado em apresentar alternativas. E o mais interessante e que eram alternativas viavéis e não românticas. O Chico Mendes quando começava a falar encontrava um público muito favorável fora do Brasil porque as pessoas estavam ,avidas por soluções bem pensadas. Todo mundo já estava cheio das críticas. O impressionante é que as propostas feitas pelo Chico Mendes foram apresentadas milhares de vezes ao Governo brasileiro. Só que nunca tiveram crédito. Da mesma forma aconteceu com o seu assassinato. Enquanto o jornal *NNew York Times* não deu um editorial, os outros jornais não começaram a levar o caso a sério. E duro de engolir, mas é a realidade do Brasil. As propostas que vêm da população pobre não são bem recebidas. Não é só pelo Governo, mas pelos intelectuais, universidades, partidos, técnicos etc. E uma mentalidade colonizada que predomina no Brasil. Não só da elite, mas da classe média também. E como se o Brasil existisse apenas do litoral para fora. Agora, do litoral para dentro, onde realmente o Brasil existe, ninguém presta atenção. Então, o Chico Mendes precisou ser assassinado. Isto é extremamente significativo e simbólico para o país. Acho que o que o Chico Mendes denunciava já virou realidade. Mas o que significa a morte dele, ninguém ainda conseguiu analisar. E preciso rever a própria identidade nacional.

Como estão as investigações do assassinato do líder sindical Chico Mendes?

A questão básica é que o inquérito simplesmente, que deveria indicar o mandante, partindo da lista contida numa carta que o Chico deixou para o juiz, está parado. E,por omissao do Governo do Estado do Acre. Isto porque quem tem responsabilidade para viabilizar as investigações é o Governo do Estado. O delegado responsável pelo inquérito est.a disposto, mas não tem a mínima estrutura para trabalhar. Nós, do Instituto de Estudos Amazônicos, iremos tomar algumas medidas, para o Governo do Acre o totalmente omisso. A polícia prendeu duas pessoas e deu o caso por encerrado. Mas, e a rede de crimes da região? Existem muitos crimes, cujos inquéritos estão paralisados. E se depender do Governo nada será apurado.

O que me revolta é que a sociedade brasileira só aceita líderes mortos. O Chico Mendes dava soluções por saber que está todo mundo cheio das críticas.

ÚLTIMA CARTA DE CHICO MENDES

"Exmo. Dr. Juiz da Comarca de Xapuri
O presente documento não se dirige à sua pessoa.
Este documento é confidencial. Entregue cópias à secretaria de segurança.
Este documento tem apenas objetivo expressar a minha preocupação e o rumo das coisas.

No qualidade de representante de classe, minha vida que abarcará há mais de 15 anos, nesta longa caminhada tenho enfrentado com coragem e firmeza muitas perseguições, não é só dos assassinos dos trabalhadores, mas também da justiça e de todas as autoridades da área e segundo do Estado, inclusive até relatórios secretos dos centros de informações me acusam de agitador.

Pois bem, o senhor sabe por que estou me dirigindo à senhoria? Por que quero justiça. Sei que quero que a coisa fique clara. Estou me dirigindo a V. Senhoria porque, apesar da acusação de agitador, nunca uma gota de sangue foi derramada por minha responsabilidade. Entretanto, o sangue dos trabalhadores está sendo derramado impunemente. Mas não é só isso. Mais, muito mais que o sangue dos trabalhadores está sendo derramado, tem muitos inocentes e indefesos. Existe uma ordem de prisão contra Darli e Alvarino, todos assassinos frios e perversos. No tentativa de inserar a paz e a tranquilidade para a nossa comunidade, fiz todos os esforços de chamar a justiça. Com a ajuda de outras pessoas, consegui uma ordem de prisão, cumprindo dessa forma com o meu papel. E agora? Qual a justificativa?

Os bandidos foram abertados? Sim, foram avisados. Quem avisou? Este é o dilema. Querem mais uma contribuição? Seguindo informações fidedignas, Darli e Alvarino estão em Brasília em casa de amigos, muito tranqüilos. Diariamente são visitados por seus filhos e jagunços, são vistos na cidade e, nas fazendas de seus amigos, que também são bandidos. Mas não é só isso que está acontecendo. Há mais de dez dias, estão sendo realizadas na região de Brasília reuniões secretas, onde se planejam o assassinato de Chico Mendes e Osmarino Amancio. Da reunião participam como coordenadores Alvarino e Darli. No apoio estão Crispim, Curonel Chicão, Luizinho Alves, Zezinho Assen, Antônio Pegoso, José Benedito, Benedito e mais outra pessoa conhecida popularmente como "querido". Na base de apoio, o fonte informa que está o capitão "Tirson" e o Dr. Heitor Macedo, Juiz de Brasília. Segundo informações tem mais gente na jogada: Gaston Mota, José Elias e mais alguém da polícia civil que não é pequeno.

Não se admite mais que alguém carregue gominhas gorjetas pomposas para dar cobertura a bandidos e enquanto isso o sangue dos trabalhadores continua sendo derramado na forma mais brutal e desumana. E o pior, tudo isso acontecendo sem que nenhuma providência seja tomada. Será que já não basta?

Meu senhor, só estou agora tentando ajudá-lo a fazer justiça, porque tenho ódio à injustiça e por esta nação é que sou até o fim deste ser, já fui ameaçado de morte, calunuiado durante muito tempo, mas agora estou disposto e não estou mais sozinho. Com a minha humildade de consegui conquistar apoio importante de vários segmentos da sociedade nacional e internacional e agora não posso recuar. Quero ver o fim disso e a justiça e alguém não vai gostar. Se o senhor está do nosso lado: do lado da justiça, então, é agora que precisamos do seu apoio. Posso ser até assassinado só agora que estou ganhando forças, por o plano estar sendo bem elaborado; se o senhor será considerado um dos responsáveis e no hora em que isso acontecer, muita gente saberá. O senhor gostaria de ser considerado um assassino?

Peço-lhe, pois, que mantenha sigilo deste documento por quinze dias, se não houver algum interesse de quem vai recebê-lo, irei a público denunciá-lo.

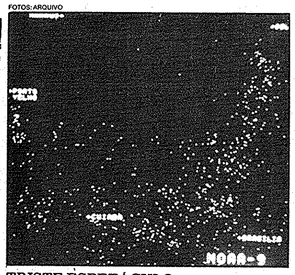
Enfim, mais uma vez tentei colaborar. Acredito tendo fornecido todas as pistas possíveis não preciso esclarecer mais nada.

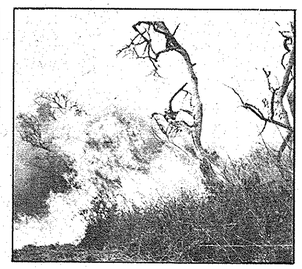
Xapuri, 28 de outubro de 1.988.
Francisco Mendes Filho
Dirigente sindical rural

OBS: Até o momento o Comandante da PM local foi a pessoa mais interessada no assunto, entretanto, já estou sabendo que o mesmo já está recebendo pressão."

Há uma mentalidade colonizada que predomina no Brasil. É como se o País só existisse do litoral para fora. Do litoral para dentro onde o Brasil existe, ninguém presta atenção

FOTOS: ARQUIVO





TRISTE ESPETÁCULO
Lá em cima, os satélites mostram as queimadas e a megalomania dos governantes que devastam a floresta amazônica

Desmatamento: praga Mato Grosso acima

O programa Nossa Natureza *é apenas um conjunto de intenções com poucos recursos e a ausência de credibilidade do governo que praticamente o inviabiliza. Uma tentativa de acalmar opinião pública*

O diretor de Desenvolvimento Florestal do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia, Eraldo Matricardi, constata: o governo do estado não dispõe de técnicos e equipamentos para evitar o crescimento da devastação de matas nativas, provocada por queimadas e pela abertura de novas areas de plantio.

"A situação é complicada", analisa Matricardi. "No ano passado, o fogo e o desmatamento consumiram cer a de 5,7 milhões de florestas — 23,7 por cento do território de Rondônia. Este ano, as operações de repressão vão se limitar à ação de um reduzido pelotão de policiais militares, apoiado por uma campanha de conscientização da população, através de vídeos, cartazes e *folderes*".

O Instituto Estadual de Florestas de Rondônia emprega 90 fiscais, distribuídos em 25 escritórios no interior do estado. O IEF é um retrato dos órgãos publicos encarregados de fiscalizar e evitar o desmatamento. Nao tem recursos, opera com pouco pessoal e convive com incertezas políticas. O latifúndio na região é responsavel pela maior parte do desmatamento.

Multas — Segundo Matricardi, os fiscais do IEF atuam como poderi. O Instituto promove operações de multas a pequenos e grandes latifundiários do estado. As autuações quase sempre são acompanhadas de "propostas de recuperação" elaboradas por fazendeiros profissionais. As "propostas" têm a capacidade de reduzir em 98 por cento o valor de multas, que varia de NCz$ 1 a NCz$ 1 mil 700 por hectare, conforme a infração cometida.

A "proposta de recuperação" é um acordo com o fazendeiro punido. Ele se compromete a preservar a área desmatada e em troca ganha o perdão das multas. O descumprimento implica o pagamento em dobro do valor da infração e a inscrição do nome do proprietário (ou firma de empresa) na dívida ativa do estado.

Matricardi explica que as penas contra desmatamentos e transportes ilegais por madeira são mais pesadas. Os fiscais são orientados a aplicar multas por devastação próxima a rios. As madeireiras irregulares são punidas com autuações de até NCz$ 850 por metro cúbico. Todo o equipamento empregado na devastação é confiscado e o registro da empresa suspenso.

As queimadas contam com um reforço da legislação: atear fogo em florestas é considerado crime. Os infratores podem ser presos e devem indenizar a área queimada. Matricardi admite, porém, que a recuperação é "complicada". A perda de fauna é irreparável e mesmo um reflorestamento criterioso só conseguiria sucesso cem anos depois de iniciado", destaca.

Cerrados — As autoridades do Mato Grosso prometem mudar uma realidade denunciada até aqui apenas por entidades ecológicas: a paralisia do Governo. No ano passado, as queimadas extinguiram 39 mil quilômetros quadrados da área do estado, atingindo tipos de vegetações raras, como o cerrado. As entidades oficiais trabalham há dois meses, com apoio de associações de meio ambiente, um projeto de combate à devastação, que conta com a assinatura do Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Renováveis.

"Este ano o governo vai enfrentar uma situação concreta" analisa Heitor Queiroz, representante da Associação de Ecologia Mato-grossense. E lembra que os organismos internacionais e a imprensa mundial vão "voltar os olhos" para o Brasil. O projeto — já batizado de *Operação Queimadas/89* — inclui um conjunto de medidas para conter a devastação. A ação fiscalizadora repressiva não está descartada. O plano das autoridades será antecedido por campanhas educativas que também atingirão a Região Amazônica.

Pantanal — O secretário de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, Nilson de Barros Filho, demonstra a preocupação com o Pantanal. O fogo, comum no período de seca que começa agora, representa riscos à fauna. O secretário lembra, ainda, que o manejo de pastagens pelo pantaneiro motiva o emprego de queimadas. "Isto vem sendo feito há 200 anos", diz.

Nilson diz que o principal foco de incêndios no estado está localizado às margens de rodovias, através da prassa de cigarros jogados por viajantes. O delegado regional do Ibama, Turene Cysne, concorda. Ele acredita que se o DNER, a UDR e a empresa Noroeste do Brasil garantirem limpas as áreas em que estão instaladas haverá diminuição da ocorrência de queimadas.

O secretário de Meio Ambiente identifica ainda um novo problema na área: a desocupação do Pantanal pela decadência econômica. A região já não oferece sobrevivência aos pantaneiros e sofre com problemas de infra-estrutura. Nilson lembra que os fazendeiros do Pantanal nao provocaram "até agora" desequilíbrios no ecossistema. "A queimada tradicional do pantaneiro acontece depois das cheias", garante.

Emergência — O território do Pará vai perder este ano mais 6 mil hectares de florestas com o desmatamento e com as queimadas. A informação é do delegado regional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Paulo Koury. Os preservacionistas da região discordam. Eles acreditam que a área extinta deve chegar a 15 mil hectares e denunciam: "Não há quem impeça as queimadas".

O delegado regional do Ibama pretende contê-las através de um plano emergencial dirigido à região, em elaboração pelo Instituto. O plano pretende conter a devastação de florestas com emprego de 400 fiscais. Mas já provoca criticas de ecologistas. A favor do fracasso da operação, os preservacionistas apontam duas constatações: o desconhecimento de multas a infratores e a ineficiência dos órgãos oficiais.

Homenagem — Os seringueiros do Acre decidiram prestar uma homenagem muito especial ao sindicalista Chico Mendes. Eles garantem: nenhuma árvore será derrubada no Acre. Segundo dados não-oficiais, a devastação já pode ter atingido seis por cento do território do estado. O Instituto de Meio Ambiente do Acre promete fiscalizar o desmatamento com o apoio de sindicatos, da Igreja Católica e de colônias de pescadores.

O Instituto vai mobilizar 70 fiscais de fiscalização com 20 pontos fixos. Nos cinco primeiros meses de 1989, já foram suspensos 30 mil hectares de desmatamento — mil por cada projeto apresentado por 31 fazendeiros. Até agora, os agentes florestais lavraram 40 multas. O instituto investiu também denúncias de retiradas seletivas de castanheiras e caça de animais silvestres.

O delegado regional do Ibama no Acre, Paulo Salles, disse que o Instituto vem registrando um aumento significativo de caça de animais silvestres. Ele aponta dois motivos: a procura por peles valiosas no mercado de exportação e a venda de carnes para alimentação. Os depósitos oficiais de Rio Branco já abrigam 1 mil 431 peles apreendidas. A 548 quilômetros da capital, no município de Cruzeiro do Sul, descansam mais 998. A cidade, seguida por Sena Madureira, lidera as estatísticas de extinção da fauna acreana.

Da Bahia para baixo o fogo não dá lições

Três meses depois, os autores do incêndio no Parque Nacional do Monte Pascoal, na Bahia, permanecem sem punição. Os responsáveis não foram localizados. E pior: o fogo não ensinou lições. "Não dispomos de veículos suficientes nem pessoal treinado. Os parques precisam de uma atenção constante", reclama o diretor regional do Ibama, no estado, José Renato Campos.

A Bahia ainda detém 150 quilômetros de uma raridade: a mata Atlântica. O Estado também abriga três importantes parques nacionais — o próprio Monte Pascoal, Diamantina, que em 1987 perdeu 30 por cento de seu território para as queimadas, e Una, com 52 mil hectares. Para fiscalizá-los, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente emprega apenas 50 agentes que têm uma difícil missão: conter a ação predatória de fazendeiros e madeireiras.

A alternativa das autoridades de meio ambiente na Bahia é promover nas cidades que fazem divisa com áreas de preservação debates de conscientização. Com a falta de fiscais é o único trabalho possível, destaca José Renato Campos, ao correspondente do **CORREIO**. Para contornar o fogo, o Governo estadual também compartilha a falta de recursos que atacam os órgãos federais. O Centro Ecológico Chico Mendes, com verbas e pessoal, limita-se a fiscalizar as praias de Salvador.

Assoios — O Governo do Espírito Santo vai se mexer. O secretário de Meio Ambiente, Emil Bragasini, promete construir assoios nas reservas florestais do estado. A idéia é simples: garantir a limpeza de áreas limítrofes à zonas de preservação para evitar a propagação do fogo, comum durante a época de estiagem. O secretário definiu também uma segunda estratégia: sensibilizar usuários para os riscos do desmatamento.

Brassan promete não de ferro contra as queimadas: a Polícia Federal será acionada, o Ibama poderá multar em até mil BTNs as infrações e queimadas no pasto desde já ganham restrições. Só poderão fazê-las, os agricultores com autorização do Instituto de Cartografia do estado. Não é para menos: O Espírito Santo possui apenas 6 por cento da floresta nativa. "A situação "extremamente preocupante", atesta o secretário.

Brassan confirma a dificuldade das autoridades em identificar os responsáveis pelo fogo nas áreas de preservação. "É muito difícil fazer isso", diz o secretário à correspondente Rita Tristão, Brassan promete mais três medidas para evitar este ano a ocorrência de incêndios de grande proporções: apoio de rádio-amadores, sobrevôos de helicópteros e uma campanha junto às indústrias, que já trabalham de sobreaviso, conforme recomendação das autoridades.

Controle — O Governo de Santa Catarina desconhece os autores de queimadas. A cana, muito plantada no Estado, matas e restos de plantações são consumidos pelo fogo. A Fundação de Amparo à Tecnologia (Famat) — órgão oficial do meio ambiente — ignora o total da área extinta por queimadas, mas arrisca uma previsão: apenas no ano passado, foram detectados 700 focos de incêndios num rapido sobrevôo de técnicos da Famat, sobrevoando o litoral de Chapecó, a partir de Florianopólis.

"A maior dificuldade em combater as queimadas é que o agricultor as realiza para replantar ou fertilizar o solo", analisa Antônio Macedo, assessor técnico da Fundação. Não há solução fácil à vista. Macedo acredita que somente a educação dos produtores poderá interromper a proliferação do fogo.

O correspondente Júlio Cancellier informa que no ano passado as autoridades locais conseguiram reduzir em dois os dois causadores de queimadas — número desprezível quando se compara aos 7700 focos diagnosticados pelo técnicos da Fatma. O governo estadual espera enfrentar o desafio dos incêndios florestais com a criação de uma Polícia Ecológica ligada a PM. Mas não há prazo para a corporação entrar em operação.

Plano — "Prevenção e Combate". E isto que a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo promete realizar no Estado com o lançamento de um plano antiqueimadas, dirigido às populações do campo e das cidades. No ano passado, São Paulo perdeu para as queimadas quatro por cento da área de reflorestamento de pinus e eucaliptos.

O major PM Walter Schmidt, do Comando de Policiamento Florestal da Polícia Militar, acusa que o número de ocorrências em 1988 foi quatro vezes e meio cinco anos. As queimadas atingiram 143 hectares da área protegida. Mas técnicos do Departamento Florestal da Secretaria de Meio Ambiente garantem que os números não assustam. Eles repuseram 98 por cento das reservas do estado, tado, afirmam.

O major Schmidt atesta a incapacidade das autoridades para indiciar e dissuadores de queimadas. No ano passado foram abertos muitos inquéritos, informa o oficial ao repórter Sérgio Andreucci Porto, da sucursal do **CORREIO**. mas todos tiveram o mesmo destino: o arquivamento. Prisões só em casos de flagrante, durante ocorrências de queimadas criminosas.

Agora em junho, a área incendiada por suspeitos será cercada e vigiada por tar. prevê o policial militar. O major Schmidt considera "fundamental" o sucesso do plano elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente. Caso contrário, os incêndios que atingiram a costa litorânea de São Paulo em 1988 vão se repetir.

Compasso — o Rio de Janeiro continua lindo. Pelos menos é o que acreditam os técnicos da Fundação Estadual de Florestas. Até agora, o orgão não montou um calendário de atividades e fiscalização para proteção do meio ambiente, informa a correspondente Anamaria de Angelis. Os técnicos lembram que não houve ocorrência de queimadas no ano passado. A sorte os deixa tranquilos.

Já um mês na presidência do IEF, Eduardo Salles Novaes se preocupa em dar trabalho às 11 equipes de fiscalização, que totalizam 44 agentes. As prioridades: a defesa contra o desmatamento e a caça ilegais. Os 44 homens têm uma missão difícil: controlar três parques — Ilha Grande, Desengano e Pedra Branca — e três reservas biológicas (Tinguá, Tinguá e Guaratiba, também reserva arqueológica.

Os projetos de prevenção de incêndios ceden lugar à vigilância da fauna. Ainda que 70 por cento do Rio de Janeiro dispõe apenas de nove por cento do território verde original. O Instituto Estadual de Florestas mantém quatro hortos para produção de mudas. Há cerca de duas semanas, Novaes conseguiu um aliado: a Petrobras. O presidente Conrado Adenauer vai apoiar a instalação de um centro de tratgem e recuperação de animais apreendidos.